

QUANDO O REAL E A FICÇÃO SE ENCONTRAM NA OBRA DE MANUEL DOS SANTOS LIMA

ANABELA SILVEIRA

IHC-Universidade Nova de Lisboa

Na entrevista que, a 21 de maio de 1989, concedeu em Paris a Michel Laban, Manuel dos Santos Lima afirmava que se Castro Soromenho tinha escrito «o romance da situação colonial», ele compusera o «romance da guerra da libertação e igualmente o da Independência». Na mesma entrevista, referindo-se ao que passo a denominar por «trilogia angolana» – *As sementes da liberdade*, *As lágrimas e o vento* e *Os anões e os mendigos*, referia:

Em As sementes da liberdade tratava-se, essencialmente, de descrever uma situação colonial e a reacção a essa situação, que era a busca de um líder. Em seguida, em As lágrimas e o vento, esse líder vai aparecer no quadro da luta de libertação [...] Depois, em Os anões e os mendigos, esse líder vai chegar ao poder e, paralelamente, vai ser julgado pela sua acção como chefe: e é o falhanço. Esse percurso corresponde ao fim ao cabo, ao que aconteceu. De maneira geral em toda a África, todas as esperanças populares foram traídas imediatamente após as independências. Angola não faz excepção nesse quadro¹.

Trinta anos depois, o comentário amargo de Manuel de Santos Lima ao caminho seguido pós-independências mantém-se atual, mormente em Angola dos nossos dias.

Margarida Calafate Ribeiro, no texto *Leituras do Império: percursos da literatura colonial portuguesa*, afirma: «não se faz a história com a literatura, mas é ela, a literatura, que narra a história do homem comum, o homem com nome próprio, e regista o testemunho

¹ LABAN, 1991: 441.

e, nessa medida, interage com a história, pois inscreve a pequena estória na história dos povos»². Ora, na sua obra ficcional, concretamente na trilogia angolana, Manuel dos Santos Lima constrói estórias de homens e mulheres comuns, dos que tiveram um nome, uma vida com projetos, sonhos, sucessos, frustrações, desânimos, choros e sorrisos, desalentos, esperanças e desesperanças. Não obstante a pena diáfana da imaginação, quando reescreve e reinterpreta testemunhos e acontecimentos está de facto a contribuir para um discurso que permite iluminar e, quiçá, humanizar uma outra narrativa: a da História dos povos.

O comprometimento político e ideológico de Manuel dos Santos Lima – negro assimilado, estudante de Direito, desertor do exército português, revolucionário nacionalista, guerrilheiro, membro do comité diretor do MPLA, dissidente, intelectual, académico, escritor – perpassa os textos que escreveu, sejam eles de ficção, poesia ou académicos, como é o caso da sua tese de Doutoramento defendida na Universidade de Lausanne, na Suíça, em torno da obra do escritor Castro Soromenho, mais concretamente sobre a trilogia de Camaxilo. Mas Manuel dos Santos Lima é também um homem desiludido. Desiludido com os caminhos trilhados pelo nacionalismo angolano durante a luta de libertação, desiludido com o rumo político seguido depois da independência, sem esperança numa alteração das condições de vida das populações africanas sujeitas ao mais vil projeto neocolonialista. E foi, a meu ver, essa desilusão, essa desesperança, esse descomprometimento em relação ao poder e regime instituídos que lhe permitiu um olhar sagazmente crítico sobre o longo trajeto percorrido pelos angolanos – do colonialismo à luta de libertação, da independência a outras dependências, em que o sonho de uma sociedade justa ficou pelo caminho.

Proveniente da pequena-burguesia angolana, o pai, natural de São Tomé, era funcionário público, Manuel dos Santos Lima teve acesso a uma educação formal, com formação universitária na metrópole. Como muitos outros estudantes angolanos, partiu à descoberta de uma «angolanidade perdida», que tão bem glosada foi na revista *Mensagem*, publicada em Luanda nos dois primeiros anos da década de cinquenta do século passado. Debruçando-se, pois, sobre a «sua própria autenticidade», chegou aos movimentos nacionalistas e, concomitantemente, à luta pela independência, liderados por elementos dessa pequena-burguesia nativista de que o MPLA aparece como paradigma. A este propósito confienciava a Michel Laban:

*Foi dessa pequena-burguesia que saiu a consciência nacional, que saiu a reivindicação nativista. E, essa pequena-burguesia, foi ela que tentou inflamar o povo... Portanto, o movimento faz-se no sentido dos pequeno-burgueses para o povo. Ora, os pequeno-burgueses vão aceder ao poder e depois tudo se vai passar em termos da pequena-burguesia porque esse povo vai ser utilizado demagogicamente*³.

² RIBEIRO, 2012: 519.

³ LABAN, 1991: 441.

Pode então perguntar-se como é que Manuel dos Santos Lima, um representante da pequena-burguesia nativista angolana, construiu a narrativa da trilogia angolana. Antes de passar à urdidura da teia que imbrica a realidade com a ficção, deixemos que o autor se explique. Retomemos, então, a entrevista concedida a Michel Laban. Sobre *As sementes da liberdade* esclarece:

Estava em Lisboa quando comecei a escrever. Era uma poesia ingénua, saudosista [que] me pareceu insuficiente para exprimir o que eu queria; daí nasceu As sementes da liberdade, porque sou um homem do interior. Eu nasci no Bié [...] vivi sempre no interior [...], vivi o colonialismo profundo, que era diferente do colonialismo de Luanda, da cidade. Daí que As sementes da liberdade estejam incomparavelmente mais próximas da Terra Morta de Castro Soromenho do que qualquer outro livro de literatura angolana que eu conheça [...]. Foram como que um mecanismo de defesa, uma maneira de afirmar que eu continuava a ser eu, aquele miúdo que veio do interior de Angola para Portugal com o sacrifício da família e que devia cumprir uma missão, chegar à universidade e depois voltar para fazer alguma coisa pelos seus⁴.

Já sobre *As lágrimas e o vento* explana:

Foi escrito no Congo, em Léopoldville, durante a minha permanência no MPLA, em contacto com os refugiados e os meios políticos angolanos nas fronteiras, no Mayombe, onde iniciámos a primeira acção contra o colonialismo português, em Janeiro de 1963. E em contacto com essa gente que nos trazia comida, que nos dava informações e entre a qual nos movíamos, veio a necessidade de escrever As lágrimas e o vento, a que acrescentei notas que já tinha da minha permanência no exército português em Lisboa⁵.

Quanto a *Os anões e os mendigos* declara:

Todos os factos descritos são verídicos. Simplesmente introduzi elementos de disfarce, que eram também elementos de criação literária [...]. Foram escritos com notas da minha viagem a Angola em 1977 [...] chegando à conclusão de que, finalmente, não se tinha feito nada de novo [...]. Há um provérbio angolano que diz «Amanhã ou depois de amanhã Angola vai mudar». E as pessoas, estoicamente, aguentam tudo, com uma capacidade de resistência espantosa⁶.

Manuel dos Santos Lima, que desconhecia a Trilogia de Camaxilo quando escreveu *As sementes da liberdade*, identificou-se de tal forma com a narrativa de Soromenho que fez dela objeto da sua tese de Doutoramento, intitulada *O Negro e o branco na obra de Castro Soromenho*. Na introdução refere: «Foi *Terra Morta* que nos reuniu [...] Depois do famoso

⁴ LABAN, 1991: 453-454.

⁵ LABAN, 1991: 455.

⁶ LABAN, 1991: 456-457.

relatório do capitão Henrique Galvão sobre a situação do Ultramar, ninguém conseguiu fixar de maneira mais autêntica a problemática colonial portuguesa e muito menos numa construção romanesca»⁷.

Efetivamente, pouco depois da tomada de posse como Ministro das Colónias a 6 de setembro de 1944, Marcelo Caetano, ao aperceber-se das inúmeras queixas apresentadas contra os serviços que tutelava, decidiu instaurar-lhes um inquérito, designando como inquiridor o Inspetor Superior da Administração Colonial, Henrique Galvão. Quase três anos depois, a 22 de janeiro de 1947, Galvão apresentava na Assembleia Nacional um relatório muito crítico quanto à concretização do modelo colonial português, um claro atropelo aos princípios definidos dezassete anos antes no Acto Colonial. Sobre Angola, o Inspetor apontava a «decadência física da população indígena», relacionando-a com a conquista do território e a construção de um modelo que assentava no trabalho indígena, fundamentalmente no trabalho por contrato. Ao referir as condições objetivas da sua implantação no terreno, Henrique Galvão criticava violentamente o papel do Estado como recrutador de mão-de-obra, reconhecendo que o trabalhador contratado, formalmente um ser livre, se submetia a uma «semiescavidão»:

Em certo ponto de vista, a situação é mais grave que a criada pela escravatura pura. Na vigência desta, o preto comprado [...] constituía um bem que o seu «dono» tinha interesse em manter são e escorreito [...] Agora o preto não é comprado, é simplesmente alugado ao estado, embora leve o rótulo de homem livre, [e enviado para o] que os indígenas chamam «o contrato». Os patrões servem-se de recrutadores, que protegidos ou auxiliados pelas autoridades, conseguem mais ou menos dispendiosamente e à razão de um tanto por cabeça, o número de trabalhadores de que precisam [...] Chamam a isto contratar trabalhadores e estes são conhecidos oficialmente como voluntários [...]. Os pretos odeiam o contrato. Desde certo contrato para S. Tomé [...] até ao simples contrato para a fazenda da família X [O Estado] recruta para si como recruta para os colonos, mas como para satisfazer as necessidades destes, muitas vezes lhe faltam braços, recorre frequentemente a mulheres e aos incapazes. E como também frequentemente lhe faltam verbas, obriga os pretos a trabalhar sem salário, nem alimentação em estradas, granjas administrativas [...]. Quando o estado paga, nem sempre paga pontualmente [...]. Os indígenas entre os dois males [...] preferem o segundo»⁸.

Galvão abordava também a problemática das culturas obrigatórias, dando como exemplo o algodão que monopolizava toda a Baixa de Cassange:

Agora para fomentar a produção de alguns produtos de grande valor económico (algodão), copiou-se o regime adoptado para o mesmo fim no Congo Belga, vulgarmente conhecido por «zonas de influência» [...] O sistema é teoricamente defensável e tentador, infelizmente conside-

⁷ LIMA, 1975: 1.

⁸ Relatório de Henrique Galvão, ATD, Arquivo de Lúcio Lara, ano 1947, 22/01/1947, doc. 8.

rou apenas o interesse imediato dos grandes concessionários, reduzindo praticamente o indígena a «servo da gleba». Este suporta todos os riscos da cultura, diga-se de passagem obrigatória⁹.

Em 1945 Castro Soromenho terminava de escrever *Terra morta*, o romance que Santos Lima considera próximo de *As sementes da liberdade*. Se a geografia do primeiro tem Camaxilo, na fronteira entre a Baixa de Cassange e a Lunda Norte, como referência, a trama do segundo desenvolve-se essencialmente em «Catu»¹⁰, «uma pequena vila no interior, perto da fronteira congoleza»¹¹. Em ambos os romances a ficção toca de uma forma dramaticamente pungente a interioridade angolana, caracterizada por uma sociedade fortemente estratificada. De um lado os brancos, representantes do poder colonial: funcionários e alguns comerciantes. No extremo oposto a grande massa da população africana, os «indígenas». As duas obras, ao colocarem no centro da trama tensões entre a sociedade branca e a comunidade africana, não só fecundaram como contribuíram para uma outra perceção do conteúdo do relatório produzido por Henrique Galvão, mortífero quanto à aplicação no terreno da legislação colonial. Anos mais tarde, o mesmo relatório seria muito bem aproveitado pelos movimentos independentistas, fazendo parte do argumentário que punha em causa a soberania portuguesa nas colónias africanas.

Se Camaxilo aparece como um «espaço concentracionário», o espaço fortaleza, onde coexistem brancos (funcionários coloniais e antigos colonos), mestiços párias (os filhos dos colonos) e negros (sipaios e capitas, alguns deles sobreviventes das guerras pretas, e indígenas para o trabalho contratado, compelido e correcional), Catu não o é menos. Sede de circunscrição, em que funcionários coloniais corruptos e comerciantes relapsos enriquecidos à custa da exploração do negro dividiam o território com a grande massa de camponeses, alfobre de contratados. De permeio, uma «terra de ninguém», habitada por brancos empobrecidos, muitos deles cafrealizados, mestiços e alguns negros assimilados:

Era o Bairro Amarelo ou das Amoreiras, o primeiro amontoado de casas de Catu para pretos «não indígenas» [...]. Quando o comboio passou a trazer regularmente brancos que vinham fixar-se na terra, as suas insistentes incursões nocturnas determinaram o «clareamento» do Bairro, pela mestiçagem [...]. O crescimento da população europeia [...] afastaria os nativos para o interior e para as levas de contratados com destino a S. Tomé ou às plantações do Norte [...]. Separados da massa negra, sempre que a pele concedia essa oportunidade, quase só ficaram no Bairro Amarelo pretos e cafusos¹² assimilados e os pobres mestiços¹³.

⁹ Idem.

¹⁰ Vila Teixeira de Sousa, a 15 km da fronteira com o antigo Congo Belga, onde Manuel dos Santos Lima passou a infância e parte da adolescência. Atualmente tem a denominação de Luau.

¹¹ LIMA, 1989: 17.

¹² Em itálico no original.

¹³ LIMA, 1965: 27-28.

Ricardo Boaventura, o herói de *As sementes da liberdade*, natural de São Tomé, negro e pequeno funcionário colonial, escolheu o Bairro Amarelo para residência e foi neste mesmo bairro que, tomando consciência da crueldade do colonialismo luso, sonhou com uma outra Angola: mais livre e justa. Anos mais tarde, o filho, Almi Boaventura, irá liderar um movimento guerrilheiro de contestação ao governo de Portugal.

A angariação para o trabalho por contrato está muito presente nas duas obras. Em *Terra morta*, Camaxilo funcionava como um entreposto de contratados. Aí eram reunidos e esperavam por transporte os homens engajados nas sanzalas para o trabalho nas minas da Diamang. Em Manuel dos Santos Lima, os contratados destinavam-se às fazendas de café, no norte de Angola e às roças de cacau em São Tomé. «O senhor não conhece os negros [essas] crianças grandes que só deviam ser tratadas dando-lhes pão com uma mão e chicote com o outro»¹⁴, afirmava Gregório Antunes, funcionário colonial em *Terra morta*. Por seu turno, o engenheiro Sá Rebelo, com a cumplicidade do comerciante Antero, confienciava a Ricardo Boaventura:

*Acredite que se ainda se usa o chicote e a palmatória não é por mal nem por racismo. É preciso ter em conta que o preto é uma criança grande; e não se pode educar uma criança sem, de vez em quando, lhe dar uns açoites*¹⁵.

Repare-se que as paradigmáticas expressões, «pão com uma mão e chicote com a outra», «é preciso obrigá-los a trabalhar» e «o preto é uma criança grande» constituíram-se como *leitmotiv* para a construção do aparelho legal que regia o trabalho indígena, com origem na política colonial gizada por Norton de Matos quando Governador-geral de Angola. O seu projeto estruturava-se em torno de dois vetores: a soberania portuguesa em detrimento do poder tradicional e uma profunda mudança civilizacional segundo um figurino cultural europeu, mais concretamente o português. Impunha-se então uma pergunta. Como levar o indígena a trabalhar de acordo com a visão europeia da monetarização do trabalho? Garantindo o pagamento em moeda a todos os trabalhadores independentemente do tipo de trabalho ou modalidade de angariação. Norton de Matos desejava assim transformar o camponês num produtor de matérias-primas e num consumidor das indústrias metropolitanas. Daí o «pão com uma mão». Já o «chicote» vinha por acréscimo e de acordo com a ideia de que, sendo naturalmente madraço, era preciso obrigar o negro a trabalhar. A introdução de culturas obrigatórias e a intensificação da plantação de algodão e café iriam determinar a angariação de trabalhadores por parte da administração, uma prática que, apesar de não expressa no Código do Indígena de 1928, continuou durante dezenas de anos, até 1962, quando, em plena guerra colonial, por iniciativa do então ministro do Ultramar, Adriano Moreira, foi revogado o Estatuto do Indigenato.

¹⁴ SOROMENHO, 1985: 25.

¹⁵ LIMA, 1965: 99.

O engajamento para o contrato provocou a fuga de muitos homens das suas sanzalas, não só para o interior da mata como para o Congo, engrossando a emigração angolana. O soba Chikanga, em *As sementes da liberdade*, não tinha homens para os trabalhos da administração. «Queriam mais homens do seu quimbo? Já quase só havia velhos e crianças; a terra e as mulheres começavam a sentir-lhe a falta dos homens»¹⁶. Não por acaso, Henrique Galvão referiu-se a esta questão no seu relatório de 1947. Denominando a fuga como «emigração clandestina», responsabilizava-a não só pela falta de mão-de-obra como pela quebra demográfica que se sentia na colónia, com implicações na mingua de braços para o trabalho.

*A emigração clandestina, em Angola é, em grande parte, a responsável pelo estado gravíssimo de anemia demográfica em que esta colónia se encontra. Ficam os velhos, as mulheres, as crianças, os doentes ou débeis. A ausência muito longa dos melhores, a permanência dos mais fracos e a fixação no estrangeiro de um número cada vez mais considerável dos primeiros, não só desmantelam e desvalorizam a família indígena, como provocam as mais graves falhas e criam as piores condições de natalidade*¹⁷.

Margarida Calafate Ribeiro considera que, na obra de Castro Soromenho, África se revela «como um espaço preparado para a revolta visível entre a consciência africana»¹⁸. A Castro Soromenho gostaria de acrescentar Manuel dos Santos Lima. *Terra morta, Viragem e Chaga* – a Trilogia de Camaxilo, a que junto *As sementes de liberdade*, ao porem a nu as condições de sobrevivência e de trabalho dos africanos, permitem uma interessante recolha de informações, ficcionadas é certo, sobre a questão do trabalho indígena, comprovadas por publicações oficiais, como o *Relatório de Henrique Galvão* ou o *Relatório confidencial do CEPU sobre Política Ultramarina*¹⁹, datado de 2 de setembro de 1959. Ora, quando em meados da década de cinquenta, os movimentos de libertação angolanos se vão organizando, esta problemática está entre as principais motivações de luta contra a soberania portuguesa²⁰.

A segunda obra da trilogia angolana de Santos Lima, *As lágrimas e o vento*, decorre já após a eclosão da Guerra Colonial e tem como figura principal Almi Boaventura. Nascido e criado em Catu, estudante na metrópole, frequentou a Casa dos Estudantes do Império. Como militar do exército português foi mobilizado para Angola. Desertor, aderiu à luta de libertação, liderando um grupo de guerrilheiros que atuava na mata. Discorrendo sobre este seu romance, Santos Lima afirma:

¹⁶ LIMA, 1965: 133.

¹⁷ *Relatório de Henrique Galvão*, ATD, Arquivo de Lúcio Lara, ano 1947, 22/01/1947, doc. 8.

¹⁸ RIBEIRO, 2012: 535.

¹⁹ ANTT, Arquivo de Oliveira Salazar, AOS/CO/UL-61, 02/09/1959.

²⁰ Cf. SILVEIRA, 2013.

Muitas pessoas pensam que em As lágrimas e o vento eu sou a personagem principal. Mas a verdade é que nunca estive em Angola como oficial do exército português [...]. Acontece que, como oficial do exército, tinha acesso a relatórios que me permitiram imaginar esse cenário de acção [...]. Mas participar na luta de libertação, fi-lo por uma decisão própria [...] Estava em viagem para Goa para onde ia como militar português. E, numa escala de avião, na Síria, em Damasco, desertei e fui-me juntar aos companheiros que se encontravam em Rabat, dentro do quadro da CONCP²¹.

Imaginei As lágrimas e o vento a partir dos relatórios e notícias da frente que chegavam às unidades de formação dos batalhões de Caçadores Especiais com destino a Angola, especialmente o Centro de Operações Especiais de Lamego. Aí fiz a minha formação contraguerrilha [...]. A parte do romance referente ao lado angolano da guerra está directamente relacionada com a minha experiência político-militar como responsável nacionalista do MPLA²².

A ação de *As lágrimas e o vento* decorre em território angolano. Primeiro na capital, quando por Luanda enxameavam militares à espera de serem destacados para a frente de combate e os musseques e bairros populares da capital, onde a resistência era uma realidade com mais células clandestinas a despontarem, constantemente vigiados e patrulhados pelo exército. Com a deserção de Almi, a trama passa a desenrolar-se nos Dembos. Aqui organiza o maquis, orienta ideologicamente, treina guerrilheiros e coordena as operações da guerrilha, transformando-se num líder nacionalista.

A narrativa de Santos Lima move-se então entre a vivência e as experiências de guerra de uma patrulha do exército colonial e o dia a dia no maquis das populações em fuga da capital na sequência dos Levantamentos de 4 de fevereiro. Se no primeiro caso, e de acordo com as suas palavras, utilizou fontes provenientes de relatórios e notícias da frente a que teve acesso enquanto militar do exército português, não parece displicente afirmar-se que tinha em sua posse outras informações, nomeadamente alguns diários de guerra de camaradas de armas. Refiro-me concretamente à obra *Guerra em Angola, diário de um médico de campanha*, da autoria de Mário Moutinho de Pádua que, mobilizado para Angola nos primeiros meses da guerra, desertou das fileiras do exército português em finais de 1961. A crueldade do quotidiano em plena zona de guerra, muito bem desenhada por Manuel dos Santos Lima, faz vir à tona não só as provações e os ataques de que são vítimas as populações escondidas no interior da mata e em fuga para o Congo, onde iriam engrossar o grande grupo de refugiados que se amontoava na zona de fronteira, como denuncia episódios de racismo, intolerância e violência por parte de nacionalistas ligados à UPA:

²¹ LABAN, 1991: 448-9.

²² LIMA, 1989: badana.

A Força Aérea inventa, infelizmente, expedientes para reunir os pretos. De uma vez espalhou panfletos nacionalistas ou forjados, pintou um avião com caracteres rebeldes e, quando viu os homens juntos, lançou-lhes as bombas de napalm da NATO²³.

escrevia Mário Moutin²⁶ho de Pádua no seu diário. Santos Lima invoca uma situação idêntica. Ao pôr em paralelo a visão tribal de Calhambeque, um nacionalista ligado à UPA, e a estratégia organizativa de Almi, descreve a descarga que a aviação portuguesa lançou sobre a população que celebrava mais uma «vitória» sobre os colonos, depois da passagem de uma avioneta com a sigla da União das Populações de Angola:

Almi não conseguiu convencê-lo de que o povo devia queimar as fazendas e plantações de café para destruir a economia colonial e esconder o povo nas matas. Para Calhambeque os bens dos colonos deviam tão-somente ir para o povo que deles devia beneficiar [...]. Essa multidão a dançar assim a descoberto sem pensar nos aviões. Para a aviação seria um presente... Calhambeque riu-se dele [...]. Este era o dia em que um avião da UPA viria anunciar a boa nova, o dia da independência. Ele não tinha lido os papelinhos? [...] Almi reconheceu, facilmente, o papel e os caracteres das publicações dos Serviços Psicológicos [...]. Isto é feito pelos portugueses, Calhambeque. É preciso fugir daqui, os aviões vão bombardear isto tudo dentro de duas horas [...]. Momentos depois passava sobre eles uma avioneta amarela com a sigla da União das Populações de Angola pintada nas asas [...]. Sempre fazendo piroetas a avioneta foi ganhando maior altitude [...]; quase de repente os «jactos» envolveram a multidão distraída num anel de fogo cerrado. Como águias infernais, picavam velozes, sucessivos, estrondosos e prontos sobre as gentes espavoridas que corriam como loucas entre estilhaços e cogumelos de terra, antes de ficarem a arder como mechas envolvidas em napalm. Quando os «Sabres» partiram [...] chamas e fumo, escombros e dores, gemidos e gritos, choro de animais feridos, corpos espalhados pelo desleixo da morte, na estrada, no terreiro, por toda a parte. E a terra queimada e as árvores maiores, de pé, nuas e crepitantes como almas penadas sustentando candelabros fumegantes numa procissão fantasmagórica da qual se elevava um coro de mulheres em prantos²⁴.

Durante quase todo o ano de 1961 o domínio da UPA no território sublevado tornara-se evidente, não só pela quantidade de guerrilheiros que mobilizara para o teatro de operações, como pela forma como procurava controlar as populações, através do cartão de militante, salvo-conduto para a circulação, proteção de pessoas e bens e passaporte para a entrada no Congo depois de percorridos os caminhos gentílicos que atravessavam a mata. «Um cartão impresso em Léopoldville tornou-os filiados na União das Populações de Angola. Era obrigatório; eles ignoravam-no», escreveu Santos Lima²⁵. O cartão separava assim os militantes forçados da UPA de todos os outros, concretamente dos que aderiam a

²³ PÁDUA, 1963: 79.

²⁴ LIMA, 1989: 70-72.

²⁵ LIMA, 1989: 65.

outros movimentos. «Qualquer angolano que tente refugiar-se no Congo e não seja militante da UPA ou natural de S. Salvador, mesmo que apresente uma guia de trânsito passada pela UPA é feito prisioneiro ou morto», assim é referido numa carta dirigida à direção do MPLA em Léopoldville, que faz parte do acervo documental de Lúcio Lara²⁶. Ora, parte da grande tragédia angolana residiu precisamente aqui: na falta de entendimento entre as direções dos movimentos que, no terreno, lutavam contra o poder de Lisboa, agudizada depois dos acontecimentos de 9 de outubro de 1961, quando uma coluna do MPLA, comandada por Tomás Ferreira, foi desbaratada e morta por elementos da UPA. Num comunicado datado de 23 de novembro, o MPLA prestava as seguintes informações:

[A coluna do comandante Tomás Ferreira tinha por missão] juntar-se no maquis do MPLA na região dos Dembos e levar socorros de urgência pedidos ao MPLA pelas populações de Namuangongo que estavam cercadas e ameaçadas de morte pelas tropas portuguesas. O esquadrão era portador de armas, munições, roupas, calçado, medicamentos, material de propaganda política [e] por meio de ciladas capciosas, explorando a confiança fraternal que os nossos guerrilheiros depositam nos combatentes de outras organizações políticas angolanas, e usando de traição grupos armados da UPA cercaram e prenderam o nosso esquadrão na região de Caluca, em território angolano, em 9 de Outubro de 1961. Depois de obrigados a várias deslocações e depois de submetidos a espancamentos, fome e humilhações, os guerrilheiros [...] foram massacrados por militantes da organização militar da UPA que se apoderaram das armas, munições e restantes bagagens do esquadrão²⁷.

A UPA, por seu turno, reagia em comunicado e refutava todas as acusações. Desmentindo a existência de uma organização militar ligada ao MPLA, informava que era a única estrutura armada que, em Angola, lutava contra o exército colonial e atribuía a autoria do massacre aos portugueses:

Se o MPLA [...] sem experiência militar e sem base operacional na zona de guerra, que é a região extremo-ocidental do nosso território, enviou também militares seus sem antes se ter posto de acordo connosco que somos os melhores conhecedores da região, cometeu um grande erro, pelo que pagaram o alto preço de perderem a vida mais de vinte dos seus membros, mortos pelas forças inimigas²⁸.

Em *As lágrimas e o vento*, Santos Lima invoca este trágico episódio que, em 1961, marcou o início truncado das atividades da guerrilha do MPLA em solo angolano:

²⁶ LARA, 2006: 218.

²⁷ LARA, 2006: 201.

²⁸ LARA, 2006: 202-204.

*Mário Duro e os seus companheiros tinham sido massacrados por elementos da UPA, unicamente por serem militantes do MPLA [...]. O assassino de Duro foi um rude golpe para [Almi]. A luta fratricida [...] institucionalizava-se dentro do nacionalismo angolano*²⁹.

Essa luta fratricida seria publicamente denunciada em conferência de imprensa, a 3 de março de 1963, pelo comandante Marcos Cassanga, da direção do ELNA³⁰, a organização armada da UPA. A 23 de fevereiro de 1962, porém, esta organização emitia um comunicado em que referia a morte de João Baptista Traves Pereira, outro desertor do exército português, chefe de operações do ELNA em Angola: «O comandante João Baptista [...] caiu no campo da honra, terça-feira, 6 de Fevereiro, às 6 horas, depois de ter travado um dos mais sangrentos combates contra o Exército Português»³¹. Cassanga, contudo, para além de atribuir à UPA a autoria do assassinato de Traves Pereira, confirma o massacre da coluna de Tomás Ferreira:

*[Holden Roberto] na luta fratricida que implantou em Angola, entre os 8000 nacionalistas angolanos massacrados sob as suas ordens secretas temos de destacar a do Comandante Tomás Ferreira e da sua esquadra de 21 membros enviados para o interior do país pelo Movimento Popular de Libertação de Angola para reforço da libertação nacional. O Comandante Ferreira e os seus companheiros apanhados por militantes da UPA foram barbaramente enforcados [...]. A direcção política da UPA, consciente da sua cumplicidade na morte do Comandante João Baptista impediu a entrada no interior de Angola [da comissão de inquérito do Estado Maior]. Não só essa comissão encontrou dificuldades como a delegação proveniente do local onde o herói foi assassinado, como foi aprisionada por dirigentes da UPA que estavam em Fuesse com o fito de impedirem essa delegação de chegarem a Léopoldville [...]. A morte do Comandante João Baptista deveu-se ao facto de não estar de acordo com o extermínio angolano, por não falar kikongo, por não ser natural de São Salvador e não ser protestante*³².

Toda esta tragédia do nacionalismo angolano, marcada pela intolerância, racismo, tribalismo, atravessa a narrativa de *As lágrimas e o vento*. Encarnando essa tragédia, as personagens africanas de Santos Lima debatem-se com o caminho a trilhar para a liberdade, ou seja, com o posicionamento ideológico e a estratégia e taticismo dos movimentos no terreno. Se a UPA aparece bem caracterizada nesta obra, Almi, o herói, líder de um grupo de guerrilheiros, não emerge como militante do MPLA. Porém, os seus princípios ideológicos estão patentes ao longo do texto. Dignas de nota são as inquietações quanto ao papel e ao lugar dos mestiços e dos nacionalistas brancos na luta de libertação:

²⁹ LIMA, 1989: 187.

³⁰ Exército de Libertação Nacional de Angola.

³¹ *Comandante João Baptista*, ANTT, Arquivos da PIDE, Processo 2126/56, caixa 2, fl. 669.

³² *Comandante João Baptista*, ANTT, Arquivos da PIDE, Processo 2126/56, caixa 2, fl. 676-679.

Em cada grupo havia uma Angola livre que se construía. Era feita de aspirações e de esperanças. Os ministros, todos os ministros seriam negros, como o presidente da República e o Primeiro-ministro; os funcionários seriam negros, os comerciantes negros; os polícias também e haveria um almirante e um general também negros. Todos os brancos seriam postos fora. Todos? Sim! Não! Os bons deveriam ficar. Os úteis também [...]. E os mulatos e os «cabritos»? Os que nos tratam como os brancos também terão de escolher entre ficar com o povo ou ir para o diabo. A pirâmide racial seria enterrada com o colonialismo, no mesmo sepulcro da História³³.

Ao contrário da tese de Sartre que defendia a negritude como um «racismo antirracista», e que perpassa no pensamento de Almi, a «pirâmide racial» não foi de facto enterrada. De sinal contrário, provocaria dissensões e rivalidades que levaram a fraturas insaneáveis no interior dos movimentos de libertação. A UPA não se abria à militância branca, desconfiava profundamente dos mestiços e até dos negros assimilados, e tinha como princípio uma Angola para os angolanos, entendendo-se por angolanos a população indígena. Mas, no interior da UPA, outras tensões se desenhavam com a preponderância assumida pela etnia bacongo, em detrimento de militantes de outras etnias. João Baptista era cuanhama, uma etnia do sul de Angola. Jonas Savimbi, o fundador da UNITA, ministro das Relações Exteriores até 1963, era originário do Planalto Central. Dentro do MPLA as opiniões também se dividiram. Viriato da Cruz, que era mestiço, defendia que a óbvia visibilidade dos negros devia remeter brancos e mestiços para um plano secundário, quase uma semiclandestinidade. Levando a teoria à prática, demitiu-se da direção, considerando que o cargo de topo devia ser atribuído a um negro. Esta posição, combinada com outras razões, ideológicas e de índole pessoal, conduziram à primeira grande crise por que o movimento passaria ao longo da sua história. Efetivamente, na Primeira Conferência Nacional, realizada em dezembro de 1962, enquanto Agostinho Neto assumia a presidência do MPLA, Viriato não só se afastava como era afastado, tornando-se um quase pária.

As longas caminhadas através do mato em direção à fronteira norte fazem parte da saga sofrida dos angolanos que procuravam abrigo no Congo. A obra *Os anões e os mendigos*, toda ela uma imensa parábola sobre a recente História de África, inicia-se com uma pungente descrição desse sofrimento:

O caminho desagua numa fronteira situada entre o suspiro de ter chegado e a inquietação do desconhecido. É uma via em sentido único, a esperança dos que partem na noite à frente do medo [...]. Dia após dia [...] as gentes, transportando em trouxas à cabeça a miséria como uma coroa, não cessam de desfilar, desde o romper do dia, escoltadas por hienas e abutres zelosos [...]. Os que fugiam à repressão colonial penetravam directamente nas águas mornas e barrentas do rio que serve de fronteira e, colectivamente, proferiam insultos, lançavam ao vento imprecações

³³ LIMA, 1989: 60.

na direcção da sua terra, ao mesmo tempo que se lavavam prolongadamente para entrarem limpos em chão alheio [...]. Eram na sua maioria camponeses rotos³⁴.

Muitos desses camponeses rotos transformar-se-iam em guerrilheiros e regressariam a Angola integrados em grupos de guerrilha. Josué, de *Os anões e os mendigos*, apresenta-se como exemplo paradigmático do refugiado/guerrilheiro:

Josué fez o juramento solene de lutar até à morte pela independência nacional da Costa de Prata³⁵. Voltaria de armas na mão. Os outros, influenciados, juraram com ele e repetiram esse nome proibido que na alma do povo ganhara força de símbolo: Davi Demba. Baixava-se a voz quando se falava dele e era ainda em nome de Davi que os iniciados à subversão pregavam como novo evangelho a doutrina nacionalista e anunciavam o novo dia que ia chegar após a noite colonial³⁶.

Enquanto Emmanuel Mpema, comandante da API³⁷, numa entrevista a uma jornalista ocidental, num discurso muito crítico, suportado pela experiência do Congo, vociferava contra o destino africano depois das independências:

Antigamente atribuíam-se à colonização todos os males [...] e os líderes [...] progressistas ou reaccionários [...] propalavam a independência como uma poção mágica para curar a economia, a discriminação, a indignidade, em suma. Tudo o que afectava o pobre africano [...]. Expulsos os colonialistas [,] o milagre não se operou³⁸.

Começa a desenhar-se a figura do líder incontestado de uma facção do nacionalismo angolano: Davi Demba, nem mais do que o alter-ego de António Agostinho Neto. Para os nacionalistas costa-pratenses, Davi Demba representava o futuro, o líder que os levaria à liberdade, à justiça e à independência do território de onde tinham fugido. Para Mpema, o céptico, descrente da igualdade socialista, «parece-me uma utopia», e na virtualidade de um regime de cariz marxista, «o marxismo deixou de ser a esperança e a ilusão dos países pobres, porque ele não resolveu o problema dos povos que o adoptaram e criou outros de que certamente esses povos gostariam de se libertar»³⁹, remetia para o povo a opção política de uma Costa de Prata independente.

Em plena Guerra Fria, o nacionalismo angolano foi rasgado por duas visões políticas diametralmente opostas que duramente se enfrentaram não só durante a luta de liberta-

³⁴ LIMA, 1984: 12-13 e 18.

³⁵ A denominação de Angola em *Os anões e os mendigos*.

³⁶ LIMA, 1984: 17.

³⁷ A denominação de MPLA no romance.

³⁸ LIMA, 1984: 25.

³⁹ LIMA, 1984: 26.

ção, mas depois já da independência, provocando uma tremenda, sangrenta e interminável guerra civil. Ora, este afrontamento está bem patente em *Os anões e os mendigos*:

Ia a luta de libertação no seu terceiro ano [...]. Colonialistas e nacionalistas andavam empenhados numa corrida de reconquista psicológica das populações, cientes de que ganhar os homens era condição indispensável para ganhar a guerra [...]. Apistas e pupistas⁴⁰ punham, além disso, maior energia a exterminarem-se reciprocamente que a combater o inimigo comum. Os pupistas acusavam os apistas de falta de espírito nacionalista, considerando a sua orientação política unicamente como uma revolução social, visando antes de mais pôr a nu as contradições do regime colonial. Os apistas, por seu turno, rotulavam-nos de tribalistas teleguiados pelo imperialismo americano⁴¹.

O nacionalismo bacongo, aquele que esteve na base da fundação da UPA, foi fundamentalmente uma criação de exilados protestantes do noroeste angolano no Congo Belga, que nunca perderam as fortes ligações às suas raízes ancestrais: as populações rurais e a cultura tradicional. Assumindo-se como um movimento de negros para negros, criticava a formação e liderança de movimentos independentistas a partir das capitais europeias, como Lisboa, onde crescia a contestação ao colonialismo português protagonizada em larga medida, como aqui já foi afirmado, por jovens estudantes naturais das colónias, alguns deles com ligações à resistência portuguesa. Holden Roberto, desde finais de 1960 o líder incontestado da UPA, profundamente anticomunista e com relações privilegiadas com os americanos, distanciava-se substancialmente da linha ideológica do MPLA, fortemente marxizante. Numa das suas reflexões, Viriato da Cruz perguntava-se como reagiria Holden quando soubesse que o representante do MPLA em Luanda era precisamente Agostinho Neto que, empenhado na resistência política ao governo de Salazar, integrou o MUD Juvenil. Como militante desta organização foi preso a 9 de fevereiro de 1955, julgado e condenado a dezoito meses de prisão. Neto prefigurava assim tudo o que Holden mais abjurava: era negro assimilado com formação universitária em Portugal e ideologicamente comprometido com a esquerda metropolitana, relacionando-se com militantes do Partido Comunista Português.

A 8 de junho de 1960, em Luanda, onde exercia medicina, Agostinho Neto foi mais uma vez detido, acusado de desenvolver «acentuada actividade delituosa contra a segurança do Estado, como responsável do chamado MPLA»⁴². Transferido para Lisboa a 8 de agosto, recolheu à cadeia do Aljube. A 10 de outubro, por despacho do Ministro do Ultramar, foi-lhe fixada residência em Cabo Verde, na Ilha de Santo Antão. Em finais de setembro do ano seguinte, na cidade da Praia, Neto era detido novamente por «actividades subversivas

⁴⁰ Apistas – militantes da Api (MPLA) e pupistas – militantes do Pupi, denominação da UPA em *Os anões e os mendigos*.

⁴¹ LIMA, 1984: 48-49.

⁴² *Detenção de Agostinho Neto*, ANTT, Arquivos da PIDE, Processo 88760-1, fls. 51-2.

contra a segurança do Estado»⁴³, com a argumentação de que tinha exibido uma fotografia proveniente de Angola que «mostrava um grupo de soldados europeus segurando um deles um pau no cimo do qual havia uma cabeça de preto espetada».⁴⁴ Os interrogatórios da PIDE continuaram em Lisboa, para onde Agostinho Neto foi reenviado. Como o prazo máximo de tempo em prisão preventiva estava a expirar, a 24 de março de 1962 era restituído à liberdade, com a interdição de se ausentar do país. Porém, em finais de junho desse ano, com a prestimosa ajuda do Partido Comunista Português e recorrendo a um barco de recreio, Neto fugia de Portugal, refugiando-se em Marrocos. Daqui seguiu-se um périplo pelos círculos «anticoloniais» até chegar a Léopoldville, onde se instalara o comité diretor do MPLA. As sucessivas prisões e consequente repercussão internacional contribuíram para elevar o médico angolano à categoria de herói, sendo proclamado presidente de honra do movimento que abraçara: o MPLA.

Lentamente, a guerra da Costa de Prata perdera o seu cariz revolucionário. Tal era a situação que Davi Demba, o líder, encontrou ao chegar à Cidade Livre⁴⁵ onde operava a Aliança Popular para a Independência, a Api, movimento de libertação de que era presidente de honra [...]. As suas reflexões levaram-no a elaborar, dia após dia, uma estratégia global [...]. Mas primeiro que tudo era necessário reinventar o Movimento, depurando-o e escolhendo minuciosamente os seus colaboradores. A organização militar devia ser reformulada e sobretudo controlada para que os responsáveis não ganhassem o apetite do poder que grassava nos exércitos africanos. O político deveria sobrepor-se ao militar [...]. Absalão Katamna⁴⁶, o ideólogo, embaraçava-o e ainda não tinha tomado decisão a seu respeito⁴⁷.

O reconhecimento oficial do MPLA pelos governantes da República do Congo e a decisão de Viriato da Cruz de abandonar os cargos diretivos obrigaram a uma remodelação dos órgãos do movimento, de onde foram afastados os mestiços. Porém, ainda foi Viriato que, em Léopoldville, apresentou Agostinho Neto aos militantes. Este reunia todas as condições para tomar as rédeas do MPLA, mas preferiu aguardar pelo momento oportuno. Estudou a orgânica do movimento e percebeu que o seu controle poderia ser conseguido através das Finanças. Em reunião do comité diretor, propôs que o cargo passasse a ser exercido por alguém da sua confiança. O primeiro passo estava dado. Em agosto de 1962, numa conferência de imprensa em Léopoldville, Agostinho Neto, para além de referir o seu passado de luta contra o colonialismo português e o governo de Salazar, depois de fazer o ponto de situação quanto à guerra colonial, referia-se ao MPLA como

⁴³ *Detenção de Agostinho Neto*, ANTT, Arquivos da PIDE, Processo 71961, fl. 2.

⁴⁴ *Detenção de Agostinho Neto*, ANTT, Arquivos da PIDE, Processo 71961, fl. 19-22.

⁴⁵ Denominação de Léopoldville em *Os anões e os mendigos*.

⁴⁶ A personagem de Viriato da Cruz no mesmo romance.

⁴⁷ LIMA, 1984: 19.

*o movimento que melhor soube interpretar o sentido da corrente nacionalista angolana, lutando pela realização da unidade nacional e contra toda a discriminação racial e ideológica e traduzindo a vontade firme do povo em prosseguir a luta até à vitória final*⁴⁸.

As constantes insinuações de Holden Roberto sobre a prevalência de mestiços e brancos na direção do MPLA levaram Viriato a defender não só que Agostinho Neto assumisse a direção efetiva do movimento, mas ainda a realização de «um congresso ou uma conferência clarificadores». Estava na calha a *Primeira Conferência Nacional*. A moção que tinha por primeiro subscritor Agostinho Neto punha em causa o trabalho da anterior direção, num ataque direto à ação de Viriato de Cruz, que de imediato responde por carta, aproveitando para denunciar o controlo dos fundos do MPLA pelo grupo de Neto e para o acusar de «querer dividir para reinar». Não pondo em causa a assunção de um líder negro, declarava:

*os postos importantes dos movimentos nacionalistas angolanos deverão ser preenchidos, tanto quanto possível, pelos representantes da grande comunidade angolana: a honrada e trabalhadora comunidade negra de Angola. Mas [...] não serei eu quem vai ajudar a impingir-lhes os líderes negros*⁴⁹.

Em *Os anões e os mendigos*, Santos Lima retratou bem esta primeira grande crise do MPLA:

*Nesse dia, depois da missa de celebração pela passagem do aniversário do desencadeamento da luta armada, Davi convocou [Eliseu Nuanga e Amri Camara] e mais Jeu Infuanja para uma reunião restrita [...]. Davi queria ouvi-los antes de assumir oficialmente a presidência da Api. [...]. Davi encontrara o movimento em crise, uma crise lenta que uns epitetavam de «crescimento», outros de «identidade» As diferentes consultas com os responsáveis a que vinha procedendo, revelaram-lhe um mal-estar congénital agravado por conflitos de personalidades. Assim ele julgou acertado servir-se do seu prestígio messiânico, para agir sem demora, evitando ele próprio cair nas malhas das intrigas dos politiqueros. Todos lhes diziam que a Api carecia de um líder carismático [...]. Ele era o grande líder, aquele por quem se esperava. E revendo o seu passado, Davi convenceu-se de que era um instrumento da História*⁵⁰.

De 1 a 3 de dezembro de 1962, com a participação de 70 delegados, realizava-se, então, em Léopoldville a *Primeira Conferência Nacional* do MPLA. Apresentaram-se a escrutínio duas listas, ambas encabeçadas por Agostinho Neto, tendo saído vencedora a que fora proposta por Mário Pinto de Andrade, contra a lista patrocinada por Viriato da Cruz.

⁴⁸ LARA, 2006: 437.

⁴⁹ LARA, 2006: 482.

⁵⁰ LIMA, 1984: 49-50.

Numa análise tardia, Pinto de Andrade considerou que a renhida confrontação entre Neto e Viriato tinha por base uma desconfiança mútua:

Viriato da Cruz desconfiava que os portugueses tinham ajudado [Agostinho Neto.] De facto era uma questão de poder. Ele via na personalidade de Agostinho Neto um autocrata em potência [...]. Houve uma escolha da Conferência a favor de uma lista de direcção que era uma ruptura definitiva – uma ruptura que Neto tinha exigido [...] uma direcção que excluísse Viriato da Cruz⁵¹.

O resultado da eleição provocou a primeira grande fratura no MPLA com a dissidência do grupo de Viriato da Cruz e determinou a escolha de um outro comité diretor de que fazia parte Manuel dos Santos Lima como «Chefe do Departamento de Guerra»⁵². Mas deixemo-lo com a sua narrativa:

Davi foi confirmado presidente da Api, por aclamação [...]. Dos rivais de Davi, frustrados pelo resultado da reunião e por não terem podido fazer valer as suas teses marxistas, começaram a balir na direcção deste [e a] primeira reunião do Comité Director [...] foi convocada poucas horas depois. O Congresso e o atentado tinham-lhe dado o prestígio de que carecia para impor a sua vontade. Resolveu agir sem demora. Doravante nada seria feito, escrito ou publicado sem o seu prévio consentimento [...]. O tempo das improvisações e dos esforços isolados acabara. A firmeza, o gesto e o tom agradaram pelo efeito surpresa [...]. O presidente de um movimento libertador tinha de ter autoridade e força moral para cilindrar todas as possíveis resistências à sua chefia [...]. Se Davi dia a dia acentuava o seu controlo sobre o Movimento e o seu nome e a sua imagem eram impostos aos militantes de base, não conseguia porém unanimidade nas altas esferas⁵³.

Na realidade, enquanto Viriato da Cruz, que abandonara Léopoldville após os resultados da Primeira Conferência do MPLA, se mantinha vigilante e informado através da correspondência que trocava com os seus fiéis apoiantes, entre os quais Matias Miguéis, que ocupava uma das vice-presidências do novo comité diretor, Agostinho Neto procurava reorganizar o MPLA e pôr em funcionamento as estruturas que lhe permitissem aguentar uma guerra de guerrilha. Lançava assim a palavra de ordem «Todos para o interior». Em inícios de 1963, o EPLA travava os primeiros combates em Cabinda.

À tentativa frustrada da constituição de uma Frente Comum do nacionalismo angolano, uma iniciativa de Agostinho Neto, a UPA respondia com a criação da FNLA⁵⁴ e a constituição do GRAE⁵⁵, reconhecido pelo Governo da República do Congo. Na sua

⁵¹ Apud PARREIRA, 2012: 239.

⁵² Cf. LARA, 2006: 531.

⁵³ LIMA, 1984: 75-79.

⁵⁴ Frente Nacional de Libertação de Angola constituída pela UPA e pelo PDA [Partido Democrático Angolano].

⁵⁵ Governo Revolucionário de Angola no Exílio.

sequência, em julho de 1963, Viriato da Cruz assinava uma proclamação aos militantes do MPLA, considerando que o reconhecimento do GRAE poderia não só acelerar o processo de independência de Angola, como revelava o falhanço da política definida pela direção do MPLA, tornando-se necessário acabar com as divisões internas. Defendia ainda uma aproximação entre o MPLA e a FNLA e o apoio ao GRAE. Para a concretização destas propostas avançava com a realização de um congresso. À proclamação de Viriato responde o Comité Diretor com a expulsão do MPLA de todos os militantes que a coassinaram, entre os quais se contava Matias Miguéis, um dos vice-presidentes do movimento. Mais tarde, o grupo que ficou conhecido como MPLA-facção Viriato da Cruz, pediu adesão à FNLA. Viriato tornou-se Ministro dos Negócios Estrangeiros do GRAE, substituindo Jonas Savimbi que, em processo de ruptura com Holden Roberto, preparava as bases de um outro movimento – a UNITA. Manuel dos Santos Lima relata este episódio em *Os anões e os mendigos*:

Absalão, que jamais reconhecera [em Davi] o líder por quem se tomava, perdera igualmente a confiança na sua honestidade política [...]: não tinha esperanças de ver a Api e a Pupi unirem-se numa frente única [...] e logo constou que se filiara na Pupi, como conselheiro de Aquitofel Amu⁵⁶, o qual festejou largamente a crise da Api. O trãnsfuga teve honras de herói e em conferência de imprensa pôs de rastos a sua antiga formação. O estendal de roupa suja na praça pública levou a especulações de toda a ordem nos meios políticos da capital cobaltense quanto ao futuro do nacionalismo costa-pratense, tanto mais que vinte quatro horas depois reben-tava outro escândalo, desta vez no campo pupista: Jerobodão Bakary⁵⁷, «Ministro dos Negócios Estrangeiros» andara ao murro com Aquitofel e apoiado por elementos dissidentes fundara o seu próprio movimento, a União Nacional [...]. Jerobodão [,] vigoroso, enérgico, sorridente, despertou na arena política nacionalista uma onda de curiosidade [...] tanto mais que pertencia à etnia mais numerosa da Costa de Prata⁵⁸.

À FNLA respondia Agostinho Neto com a formação de uma outra frente – a FDLA⁵⁹ – constituída pelo MPLA e por um conjunto de pequenos partidos nacionalistas, alguns deles com ligações a Portugal. Esta deliberação provocou nova cisão no MPLA, desta vez de Mário Pinto de Andrade que, por carta datada de 24 de julho de 1963, explicava as razões por que abandonava o movimento:

Considerando que os membros do Comité Director do MPLA presentes em Léopoldville nunca possuíram mandato para constituir, de acordo com outras organizações formalmente nacionalistas, uma frente de Libertação;

⁵⁶ A personagem de Holden Roberto em *Os anões e os mendigos*.

⁵⁷ A personagem de Jonas Savimbi no romance.

⁵⁸ LIMA, 1984: 79-81.

⁵⁹ Frente Democrática de Libertação de Angola.

(...)

Considerando que a assinatura dum convenção com movimentos contra-revolucionários, tribalistas e colaboracionistas atenta gravemente os princípios da linha política traçada pela 1ª Conferência Nacional;

Em virtude do que precede, apresento a minha demissão de membro do Movimento Popular de Libertação de Angola⁶⁰.

Porém, cerca de duas semanas antes da demissão de Mário Pinto de Andrade, também Manuel dos Santos Lima se afastava do MPLA. Com a data de 13 de julho, endereçava uma longa missiva, num misto de carta de «demissão e despedida» ao seu Comité Político Militar.

CAMARADAS⁶¹

Esta é uma carta de demissão e despedida, conforme a minha posição expressa na reunião do CD de 6/7/63.

Parto cheio de amargura e largos desenganos.

Quisera ter energias para recomeçar com o mesmo entusiasmo e as mesmas esperanças, mas sinto-me esgotado, impaciente e, ainda pior, incrédulo quanto ao futuro do nosso país.

Na verdade, a via pela qual enveredou vertiginosamente o nacionalismo angolano só me permite duas soluções drásticas: retirar-me ou passar à violência extremista; opto pela primeira, uma vez que o Movimento não tem tradições nem alicerces para desencadear a segunda.

Passando em revista a soma dos esforços do passado, lamento não ter podido fazer mais e melhor; porém as condições de trabalho, circunstâncias e factores de vária ordem, não favoreceram a constituição de uma equipa militar adulta, decidida e sólida, capaz de mudar e orientar os destinos desta guerra nacional.

Não me dessolidarizo da equipa constitutiva do CD eleito pela 1ª Conferência Nacional, equipa que, como nenhuma outra foi alvo dos mais torpes e maquiavélicos ataques; não fujo a responsabilidades nem a riscos; no meu trabalho enfrentei todos esses factores. Parto por me sentir descrente e com esta horrorosa sensação de frustração.

A minha decisão é demasiado grave para ser tomada de ânimo leve, razão porque não se me põe um problema de revisão de atitude.

Sigo para Argel e daí por diante nada mais sei. No entanto, em qualquer parte do mundo onde vá parar, estarei à disposição do Movimento Popular de Angola, para qualquer serviço em prol da libertação nacional.

Deixo ao CPM a liberdade de comunicar ao Comité Director e aos militantes presentes esta decisão por achar mais conveniente. Pessoalmente custa-me não poder esperar «dias melhores» do Movimento, para fazer esta retirada, mas não creio que a minha presença viesse a melhorar esta situação deteriorada pelos últimos acontecimentos⁶².

⁶⁰ LARA, 2008: 267.

⁶¹ Em itálico no original.

⁶² Transcrição da carta original sem qualquer censura. LARA, 2008: 244-245.

Entre 3 e 10 de janeiro de 1964, realizava-se em Brazzaville a 1.^a Conferência de Quadros do MPLA. Se bem que fizesse parte da lista inicial de participantes⁶³, Manuel dos Santos Lima não integrou já esta iniciativa. O relatório que o Comité do MPLA apresentou à Conferência, datado de 3 de janeiro, refere-se às lutas internas, sendo particularmente acutilante para Viriato da Cruz, a quem acusa de traidor, oportunista e de liderar uma facção que tinha por objectivo «desprestigiar e lançar a dúvida sobre a integridade moral e política dos dirigentes actuais do MPLA». Contudo, não era só Viriato o visado. Criticava ainda outros «antigos militantes», de entre os quais Manuel dos Santos Lima.

Os dirigentes do Movimento, até aqui agiam como políticos empenhados no seu jogo pessoal e não como militantes cujo dever de solidariedade e camaradagem, a sua identificação com a luta de todos os momentos, os obrigue a defender a organização e os interesses do Povo, para vencer ou morrer, outros casos de deserção e afastamento se verificaram neste período difícil da nossa vida organizativa, quando os inimigos do MPLA e do nosso Povo, nos aplicavam golpes dos mais profundos. Assim, Manuel Lima, Chefe do Departamento de Guerra, desapareceu de Léopoldville quando tentávamos socorrer alguns dirigentes do Movimento [...]. Quando se procurava o processo de os socorrer, Manuel Lima preparava em Brazzaville as suas malas para voar para Alger onde se encontrava a família, abandonado definitivamente os companheiros de luta, numa situação difícil. Mais tarde, justificou a sua saída, alegando divergências políticas⁶⁴.

Foi, talvez, esta última dissidência, este afastamento sempre vigilante que proporcionou a Manuel dos Santos Lima o olhar crítico com que teceu os seus livros. Ao ficcionar o real, não só pôs a nu o carácter do colonialismo português como levantou as incongruências, contradições e contendas do e no nacionalismo angolano.

Fontes arquivísticas e bibliografia

ATD, Arquivo de Lúcio Lara, Luanda.

ANTT, Arquivo de Oliveira Salazar, Lisboa.

ANTT, Arquivo da PIDE/DGS, Oliveira Salazar, Lisboa.

DÁSCALOS, Maria Alexandra (2008) – *A política de Norton de Matos para Angola 1912-1915*. Coimbra: Edições Minerva.

LABAN, Michel (1991) – *Angola: encontro com escritores*. 1.º volume. Porto: Fundação Eng.º Eugénio de Almeida.

LARA, Lúcio (2006) – *Um amplo movimento... itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara*. II volume. Luanda: Edição de autor.

LARA, Lúcio, (2008) – *Um amplo movimento... itinerário do MPLA através de documentos de Lúcio Lara*. III volume. Luanda: Edição de autor.

LIMA, Manuel dos Santos (1965) – *As sementes da liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

⁶³ A lista dos participantes na Conferência de Quadros, onde consta o nome de Manuel dos Santos Lima, pode ser consultada em LARA, 2008: 370.

⁶⁴ LARA, 2008: 379-380.

- LIMA, Manuel dos Santos (1975) – *O negro e o branco na obra de Castro Soromenho*. PhD diss. Lausanne: Université de Lausanne.
- LIMA, Manuel dos Santos (1984) – *Os anões e os mendigos*. Porto: Edições Afrontamento.
- LIMA, Manuel dos Santos (1989) – *As lágrimas e o vento*. 2.^a ed. Porto: Edições Afrontamento.
- PARREIRA, Adriano (2012) – *Viriato da Cruz, um nacionalista sublime*. In ROCHA, Edmundo; SOARES, Francisco; FERNANDES, Moisés, coord. – *Viriato da Cruz. O homem e o mito*. Luanda/Lisboa: Edições Chá de Caxinde/Prefácio, p. 221-255.
- RIBEIRO, Margarida Calafate (2012) – *Letras do Império: percursos da literatura colonial portuguesa*. In JERÓNIMO, Miguel Bandeira, coord. – *O império colonial em questão (sécs. XIX-XX)*. Lisboa: Edições 70.
- SARTRE, Jean Paul (2003) – *Situations, III: lendemains de guerre*. Paris: Gallimard.
- SILVEIRA, Anabela (2011) – *Dos nacionalismos à guerra: os movimentos de libertação angolanos – 1945/1965*. Porto: Universidade do Porto. Tese de doutoramento.
- SILVEIRA, Anabela (2013) – *As condições do trabalho indígena e os seus reflexos na construção do nacionalismo angolano*. Comunicação apresentada no I Congresso do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 1315/03/2013, Lisboa, FCSH.
- SILVEIRA, Anabela (2015a) – *Muito os unia, tanto os separava. O encontro impossível entre o MPLA e a UPA: das fundações à guerrilha*. Comunicação apresentada no Colóquio Internacional sobre Violência Política no século XX, 1214/03/2015, Lisboa, FCSH.
- SILVEIRA, Anabela (2015b) – *Pouco mais do que escravos: o trabalho indígena no norte de Angola através de duas obras de Castro Soromenho: «Chaga» e «Terra Morta»*. Comunicação apresentada no II Congresso do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal, 07 e 08/04/2015, Lisboa, FCSH, p. 515-546.
- SOROMENHO, Castro (1985) – *Terra morta*. Luanda: União dos Escritores Angolanos.

